

# **EVASÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM OLHAR SOB O IFMS CÂMPUS PONTA PORÃ**

**Vanessa Ramos Ramires Bressan  
Airton José Vinholi Júnior**

## **RESUMO**

A presente pesquisa aborda a temática da evasão escolar, percorrendo o contexto das políticas públicas educacionais. Buscando-se identificar as principais causas que levam os estudantes dos cursos de nível médio técnico integrado (IFMS Câmpus Ponta Porã) a abandonarem o curso (com matrícula em 2011 e 2012), delineou-se uma pesquisa de natureza documental, bibliográfica e estatística, lançando-se mão a procedimentos qualitativos e quantitativos. O texto organiza-se em três partes: trata dos aspectos legais da educação profissional tecnológica; aproxima-se das discussões conceituais da temática da evasão escolar; explora o problema por meio de dados quantitativos. Ressalta-se a relevância e a dificuldade em pesquisar a evasão escolar, sobretudo devido à escassez de informações teóricas e empíricas para a análise do objeto de estudo.

**Palavras-chave:** Evasão Escolar. Ensino Médio. Educação Profissional e Tecnológica.

## **1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A evasão escolar está presente nos espaços de debates e reflexões da educação brasileira, sobretudo no campo das políticas públicas educacionais. O desafio do acesso, e principalmente, da permanência na educação básica são pautas que sempre marcaram o sistema educacional brasileiro e, apesar de várias intervenções do Estado neste sentido, ainda continuam sendo um grande obstáculo.

A presente pesquisa aborda a temática da evasão escolar, percorrendo o contexto das políticas públicas educacionais, passando pelos embates da dinâmica escolar e fatores socioeconômicos. Como questão norteadora questiona quais as principais causas que levam os estudantes dos cursos de nível médio técnico integrado a abandonarem o curso. Como universo de análise, trabalha com a realidade do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) Câmpus Ponta Porã, com o foco nos cursos de ensino médio técnico integrado (Técnico em Informática e Técnico em Agricultura) com matrícula em 2011 e 2012.

Como objetivo principal, busca levantar as principais causas da evasão no contexto explicitado. Para tanto, desenhou-se uma pesquisa de natureza documental, bibliográfica e estatística, lançando-se mão a procedimentos qualitativos e quantitativos. Os procedimentos qualitativos referem-se à consulta de textos de arquivos públicos disponíveis impressa ou

eletronicamente, na dimensão acadêmica, no sentido de construir o objeto em análise e identificar algumas das suas múltiplas e complexas dimensões do contexto conceitual.

Os procedimentos quantitativos corresponderam a números dos matriculados e dos evadidos, nos anos de 2011 e 2012, disponibilizados pela instituição. Neste sentido, trazendo elementos descritivos ao debate conceitual.

O texto organiza-se em três partes. A primeira trata dos aspectos legais da educação profissional tecnológica, segundo os debates da arena da política, finalizando nos avanços e nos desafios dessa nova condição que a educação brasileira se encarrega de ofertar a população. Na segunda parte, aproxima-se das discussões conceituais da temática da evasão escolar. O terceiro momento acaba por ilustrar o problema da evasão escolar diante de números que expressam o contexto real da análise.

## **2 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO**

Assim como o ser-humano necessita de pão, a educação também possui a mesma prioridade, e deve ser igual para todos (MONTEIRO, 2003). Compartilhando do mesmo argumento de Agostinho dos Reis Monteiro (2003), percebe-se que apesar de mal fracionada, a educação possui ingredientes diferenciados para cada demanda. A educação brasileira dualista não é um debate novo, sobretudo no cerne da discussão da educação profissional e o ensino médio.

Primeiramente cabe informar que o debate legal da expansão da rede federal de educação profissional pertence a um processo muito complexo, da qual sua análise exigiria elementos aprofundados, os quais não serão abrangidos neste estudo. Realizar-se-á uma breve contextualização do contexto legal para avançarmos para o debate da evasão escolar.

Os estudos nos mostram que a educação profissional possui raízes predominantemente assistencialistas (MOURA, 2010, 2012; FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2010). Neste sentido, vale mencionar alguns marcantes pontos do seu contexto histórico, como a criação do Colégio das Fábricas, no século XIX; a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, por Nilo Peçanha, em 1909, com unidades em várias partes do Brasil, especialmente para o atendimento do contingente pobre e humilde; a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, com concepções de uma educação, ainda, assistencialista; o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que, embora assumisse a perspectiva de uma escola democrática e para todos, acabava por idealizar a educação em duas direções: atividades de humanidades e

ciências e curso técnico, distinguindo visivelmente os que pensam dos que executam; a Reforma Capanema (1940), que embora estratégica ao sistema educacional, também acentuava a divisão dual da educação (KUENZER, 2007; FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2010; MARCONATO, 2012).

Num profundo momento de redemocratização, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, permeada por impasses políticos, embora tente superar o embate dos setores populistas (luta pela extensão da rede escolar gratuita com equivalência entre o colegial e o profissionalizante) e hegemônicos (educação predominantemente privada), no plano real os currículos acabam por manter tal dualidade (MOURA, 2012).

Na vigente LDB (Lei Nº 9394/96)

[...] o Decreto n.2.208/97 e outros instrumentos legais (como a Portaria n. 646/97) vêm não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiras de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado. (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2010, p. 25).

Após inúmeros posicionamentos contrários, e sem entendê-lo como um documento pronto e acabado que se concebeu o Decreto Nº 5.154/2004, como reflexo das disputas existentes, como “[...] expressão de uma correlação de forças do plano estrutural e conjuntural da sociedade” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2010, p. 25). Sem dúvida, pode-se considerá-lo como um ganho. No ano de 2005, criou-se o Decreto Nº 5.478/2005, criando o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Pode-se afirmar que o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica contou com dois momentos bem distintos. A primeira fase, através da Lei 11.195 de 18 de novembro de 2005, previu a criação de 64 novas unidades. Na segunda fase, em 2007, a meta era a entrega de 150 novas unidades de ensino até 2010, totalizando 214 novas escolas. Conforme Dante Henrique Moura (2012, p. 62) conclui,

[...] esta expansão em si é o movimento importante e necessário, que representa a presença do Estado brasileiro por meio de instituições reconhecidas como de qualidade nas periferias das capitais e em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, ou seja, é a presença do Estado para mais além dos territórios em que se concentra a maior parte do PIB nacional. Isso significa a possibilidade de muitos brasileiros terem acesso a uma educação de qualidade.

Por outro lado, com o funcionamento das novas unidades, observa-se o deslocamento do foco das discussões na função social da escola para as questões de cunho organizativo e administrativo.

Por esse caminho, corre-se o risco de negligenciar a construção de projetos político-pedagógicos bem fundamentados, elaborados coletivamente e coerentes com a realidade socioeconômica local e regional de cada nova unidade. Por esse caminho, se está negligenciando a necessária formação dos professores que estão sendo aprovados nos concursos públicos para ingressar na rede federal, principalmente nas novas unidades. Essa é uma situação crucial, pois muitos desses novos e jovens professores são mestres e doutores recém-formados, mas sequer conhecem o campo da educação, uma vez que são bacharéis. (MOURA, 2012, p. 63-64).

Neste sentido, embora a expansão da educação profissional e tecnológica exprima avanços com relação à oferta de uma educação de qualidade, assim, avanços com relação à educação enquanto direito público subjetivo (HORTA, 1998), com qualidade de direito do homem (MONTEIRO, 2003), possui, por outro lado, elementos que demonstram imaturidade na sua implantação, negligenciando discussões teóricas importantíssimas no trabalho docente. Estes equívocos decorrentes da pressa e de preocupações administrativas e burocráticas corroboram as tentativas de inserção, sucesso e permanência escolar deste estudante que acabou de chegar.

### **3 A EVASÃO ESCOLAR: CONCEITOS E DEBATES**

A evasão escolar no Brasil é um problema significativo e complexo, caracterizado por diversas causas políticas, pedagógicas, econômicas e pessoais. Observa-se, desde meados da década de 1940, que os documentos oficiais já apontavam a intensidade com que os estudantes deixavam de frequentar a escola. Um estudo realizado na década de 1940 por Anísio Teixeira (1999, p. 499), apontou que

[...] cerca de um milhão e 200 mil alunos que entraram na escola em 1945, conservaram-se nela menos de um ano 104 mil crianças; conservaram-se apenas um ano 506 mil crianças; conservaram-se dois anos 152 mil crianças; conservaram-se três anos 111 mil crianças; conservaram-se quatro anos 143 mil crianças; cinco anos, 125 mil; seis anos, 49 mil e sete anos, 10 mil.

De acordo com estudos realizados, aponta-se que o fenômeno da evasão escolar está intrinsecamente relacionado com a democratização do acesso ao ensino (DORE, LÜSCHER, 2011). No Brasil, o ensino fundamental é uma etapa praticamente universalizada, instituída como direito público subjetivo, é obrigatória. O ensino médio obteve o respaldo legal de obrigatoriedade através da emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, deste modo, muito recente, ainda é um grande desafio a sua universalização.

Conforme Sousa (2013) apresenta, apesar da evasão e da reprovação escolar serem também um problema no ensino fundamental, o número de alunos que abandonam o ensino médio chama mais a atenção, pois, conforme os dados do censo escolar 2012 do Instituto Nacional dos Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC), 14% dos estudantes de escolas públicas que terminam o ensino obrigatório não chegam a se matricular no ensino médio. A pesquisa do MEC aponta ainda que, daqueles que se matricularam, cerca de 18% não concluíram os estudos. Esses dados foram publicados de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2010).

No estudo da evasão escolar três dimensões são primordiais e devem ser consideradas: O indivíduo, a escola e o sistema de ensino (DWYER, WYN, 2001; DORE, LÜSCHER, 2011). Conforme Rumberger (2004) nos apresenta, é de difícil investigação as causas reais da evasão escolar, uma vez que ela significa o resultado de um longo processo entre os fatores do desempenho escolar, sistema escolar, relação com a família, relação com os colegas e professores, comunidade em que se vive, dentre tantos outros.

Embora reflita o contexto norteamericano, Rumberger realizou estudos (1987, 2004) significantes para a temática em foco. Neste sentido, identifica dois pontos de vista importantes: a perspectiva individual e a perspectiva institucional.

Sob a primeira perspectiva, leva-se em consideração os princípios, valores, comportamentos, atitudes que incidam num envolvimento maior ou menor com a escola, Neste envolvimento/engajamento/pertencimento escolar visualiza-se outras duas dimensões: o envolvimento acadêmico/aprendizagem e o envolvimento do convívio social dos estudantes. O modo como o estudante relaciona-se com essas duas dimensões reflete, definitivamente, sua permanência (ou não) na escola.

No campo da eficácia escolar, vale mencionar estudos realizados, pois investigam as causas e impactos de fatores que podem estar dentro ou fora da escola, delineando o sucesso escolar, e neste caso, a permanência e êxito acadêmico. O denominado Relatório Coleman, realizado nos Estados Unidos, divulgado em 1966, identificou que as diferenças socioeconômicas entre os alunos é o fator mais impactante no seu desempenho escolar (COLEMAN, 1966). Juan Casassus, ao pesquisar “A escola e a desigualdade”, denominou um índice de status sociocultural, no intuito de medir o impacto sobre o indivíduo e seu contexto (CASASSUS, 2010). No Brasil, Soares e Collares (2006) analisaram o impacto dos diferentes fatores familiares sobre o desempenho escolar. Em suma, estas pesquisas apontaram o forte impacto que o *background* familiar (nível educacional dos pais, renda familiar e grupo familiar) possui sobre o percurso acadêmico.

Sob a perspectiva institucional, os aspectos mais preponderantes são os recursos escolares, sejam eles materiais ou de pessoas e a dinâmica escolar. Menciona-se os resultados do Relatório Plowden que, publicado em 1967 na Inglaterra, evidenciou que a escola faz toda a diferença no sucesso acadêmico, como fator determinantemente equalizador (PLOWDEN, 1967). Na pesquisa de Casassus também se reporta a política educacional, gestão escolar, infraestrutura e o corpo docente como fatores analisados (CASASSUS, 2010). Nos resultados encontrados por Soares e Collares, afirma-se que embora o impacto da ação da família seja crucial, a ação da escola tem um poder potencializador sobre o sucesso escolar.

Diante de todas as evidências mencionadas, entende-se que o abandono escolar é composto pela conjugação de várias dimensões que interagem e se conflitam no interior dessa problemática. Dimensões estas de ordem política, econômica, cultural e de caráter social. O abandono escolar é apenas o resultado de um longo processo (BATISTA et al., 2009; DORE, LÜSCHER, 2011).

Finalizando, afirma-se que na conjuntura do tema analisado, ressalta-se a carência de informações teóricas e empíricas sobre o objeto de estudo (DORE, LÜSCHER, 2011), resultando-se na dificuldade no estabelecimento de indicadores pertinentes a sua investigação.

#### **4 A EVASÃO ESCOLAR EM NÚMEROS**

A escolha pelos dados quantitativos foi abordada no sentido de refletirem as evidências da realidade em foco. Desse modo, entende-se a evasão escolar como o abandono da escola antes da conclusão de uma série ou um nível. É o rompimento com o contrato jurídico contraído no ato da matrícula (QUEIROZ, 2006).

Neste estudo, contabilizou-se a evasão pelos indicadores de estudantes evadidos (sem formalização do seu desligamento) e pelos estudantes transferidos para outra instituição.

Ao fazer parte do programa de expansão da rede federal de educação profissional, o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS, criado em 2009, e em funcionamento a partir de 2010, conta, atualmente, com 7 câmpus, sendo eles: Nova Andradina (o primeiro implantado e em funcionamento), Coxim, Aquidauana, Corumbá, Três Lagoas, Campo Grande e Ponta Porã.

Em funcionamento a partir de 2011, o câmpus de Ponta Porã - município com população de 83.747 habitantes, com área territorial de 5.330,448 Km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 14,61. Faz fronteira seca com o Paraguai (IBGE, 2013) - iniciou suas atividades com a oferta de 10 cursos na modalidade à distância (Ead), dois cursos de Ensino

Médio Técnico Integrado, um curso superior, e um curso na modalidade PROEJA. Para este estudo, nos deteremos em explorar as especificidades do ensino médio técnico integrado, nas turmas ingressantes de 2011 e 2012.

Para compor o corpo discente, o estudante passa por um processo seletivo, cujo conteúdo programático corresponde ao ensino fundamental. Em 2011 contou-se com a abertura de quatro turmas, sendo elas: duas turmas no turno matutino (Técnico em Agricultura e Técnico em Informática) e duas turmas no turno vespertino (Técnico em Agricultura e Técnico em Informática). A especificidade destas turmas se deu pelo desconhecimento da população sobre a instituição e o curso devido a sua recente implantação. Nessa conjuntura, a direção optou por convidar estudantes que não tiveram o rendimento médio na prova objetiva, no sentido de preencher o número de vagas ofertado.

No ano de 2012 ingressou-se apenas duas turmas, uma no período matutino (Técnico Integrado em Agricultura) e outra no período vespertino (Técnico Integrado em Informática) dada a situação de funcionamento em prédio provisório, desse modo, com capacidade de espaço limitada.

Ambos os cursos são constituídos por 7 semestres, com unidades curriculares do núcleo comum (disciplinas básicas), concomitantes a unidades curriculares do núcleo específico (disciplinas técnicas). Neste formato, o estudante conclui o curso com um diploma técnico, juntamente com uma formação acadêmica que lhe promova possibilidades de ingresso no ensino superior (MOURA, 2012).

É importante ressaltar algumas características organizacionais e pedagógicas existentes no âmbito do IFMS. O corpo docente possui dedicação exclusiva, desse modo atende aos estudantes no contraturno (denomina-se Permanência de Estudante), incentiva a pesquisa (iniciação científica). Também conta-se com o apoio do Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional (NUGED), formado por uma equipe multidisciplinar, formada por uma pedagoga, por uma psicóloga e uma assistente social, neste sentido, com acompanhamento específico para fatores que incidam no sucesso escolar.

Ainda, informam-se a existência de programas voltados ao sucesso acadêmico e permanência escolar, sendo os principais: Auxílio Permanência (auxílios mensais vinculados à frequência); Auxílio Transporte; Bolsas de Iniciação Científica.

Abaixo, visualiza-se a tabela 1 correspondente ao número de ingressantes no ensino médio técnico e a quantidade dos evadidos:

Tabela 1 – Número de Matriculados e Evadidos – 2011 e 2012												
Turmas →	Técnico em Informática						Técnico em Agricultura					
Ano de ingresso ↓	Matutino			Vespertino			Matutino			Vespertino		
	M	E	%	M	E	%	M	E	%	M	E	%
2011	41	19	46,34	38	22	57,89	46	16	34,78	37	14	37,83
2012	-	-	-	43	14	32,55	43	12	27,9	-	-	-

Siglas: M (Matriculados); E (Evadidos)  
 Dados registrados pelos autores.

Apesar de representar números apenas das primeiras turmas em funcionamento, os índices evidenciam uma evasão larga e alarmante. Como não há como levantar valores exatos sobre os motivos das desistências, elenca-se os mais recorrentes de acordo com o acompanhamento estudantil realizado pelo NUGED:

- Dificuldade em adaptar-se ao currículo e a carga horária de estudos;
- Escolha por outra instituição;
- Necessidade de trabalhar / Dificuldade em conciliar trabalho-estudo;
- Desinteresse em prosseguir os estudos;
- Pressa em concluir o ensino médio;
- Problemas na escola;
- Problemas pessoais, sociais e/ou financeiros;

Neste contexto, verificou-se que nas turmas de 2011 o abandono foi maior, talvez por conta da necessidade do número de matrículas para início dos cursos. Assim, grande parte do alunado não possuía interesse em continuar, ou não compreendia a importância e aplicabilidade destes cursos.

Outro fator decisivo na evasão é a existência da pressa em concluir esta etapa de ensino. Contando com sete semestres letivos, o estudante com êxito escolar conclui o curso seis meses mais tarde do que na escola regular. Este fato define a opção do abandono para os estudantes que não alcançam a média, preferindo retornar a escola anterior, ou “certificar” o ensino médio através do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Sem dúvida, e por isso tão presente nas pesquisas, o fator socioeconômico é crucial na decisão do abandono. Embora não seja ofertado em tempo integral, o ensino médio técnico integrado acaba preenchendo o tempo dos estudantes com aulas no contraturno, atividades de

pesquisa e atividades práticas. Gastos com transporte e alimentação acabam onerando mais do que o esperado, e assim, excluindo suas possibilidades de permanência.

Verifica-se que apesar de existir programas institucionais que buscam minimizar a evasão escolar, a incidência das dinâmicas sociais - quer sejam de ordem socioeconômicas ou de lacunas na escolarização – são mais impactantes no processo de permanência e êxito escolar. A existência de auxílios institucionais ou incentivos a pesquisa, de acompanhamento escolar no contraturno, de atendimentos especializados, enfim, não conseguem tocar problemas mais complexos, que por sua vez, acabam retirando o estudante do caminho da educação.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A evasão escolar é um problema que envolve grande parte das escolas brasileiras e vem ocupando, em debates acadêmicos e nas pesquisas educacionais, uma posição de destaque, junto à questão do analfabetismo e a valorização do trabalho docente. Os índices de evasão auxiliam nos processos de avaliação das instituições de ensino e é utilizada para mensurar o fluxo escolar.

Neste estudo pretendeu-se compreender o fenômeno da evasão escolar numa dupla dimensão: a partir do debate conceitual, levantar as principais dinâmicas que se inter-relacionam e se confrontam delineando a complexidade do objeto em estudo. E com o levantamento empírico, sob o teor de elementos quantitativos, que, embora sejam específicos de dois cursos, são reveladores de um fenômeno amplo, complexo e atual.

Entendeu-se que, embora a expansão da educação profissional e tecnológica exprima avanços com relação à oferta de uma educação de qualidade, possui, por outro lado, elementos que demonstram lacunas na implantação dos Institutos Federais. Estes equívocos decorrentes da pressa e de preocupações administrativas e burocráticas corroboram as tentativas de inserção, sucesso e permanência escolar.

Sob a luz de estudos internacionais, identificaram-se dois pontos de vista extremamente importantes no debate da evasão escolar: a perspectiva individual e a perspectiva institucional. Em suma, as pesquisas que enfocam a perspectiva individual apontam o *background* familiar (nível educacional dos pais, renda familiar e grupo familiar) como um dos fatores mais relevantes para a permanência e êxito escolar. A perspectiva institucional pauta-se na relevância de insumos escolares (materiais ou de pessoas),

permeados pelas políticas públicas e políticas escolares, como fatores relevantes para a permanência escolar.

Ressalta-se a relevância e a dificuldade em pesquisar a evasão escolar, sobretudo devido à escassez de informações teóricas e empíricas para a análise do objeto de estudo. Embora a leitura das pesquisas em fracasso ou eficácia escolar possam trazer alguns apontamentos, são insuficientes pois não distinguem as causas da evasão e a tomam como fatores de fracasso somente. Assim, encontra-se dificuldade em constituir indicadores adequados à investigação do problema em tela.

Ao evidenciar percentuais de matrícula e de evasão das turmas dos cursos de ensino médio técnicos integrados, anos 2011 e 2012, levantou-se os principais motivos para a desistência do curso: Dificuldade em adaptar-se ao currículo e a carga horária de estudos; Escolha por outra instituição; Necessidade de trabalhar / Dificuldade em conciliar trabalho-estudo; Desinteresse em prosseguir os estudos; Pressa em concluir o ensino médio; Problemas na escola; Problemas pessoais, sociais e/ou financeiros;.

Dentre os motivos mais preocupantes e recorrentes, o desinteresse nos estudos e a pressa na conclusão (certificação) da etapa do ensino médio apontam para um desafio de cunho ideológico: a falta de consciência política operante dos pais e dos alunos. Por outro lado, a existência de auxílios institucionais ou incentivos a pesquisa, de acompanhamento escolar no contraturno, de atendimentos especializados, dentre outros estímulos, não conseguem tocar problemas mais complexos, que por sua vez, acabam retirando o estudante do caminho da educação.

Conclui-se que a evasão escolar é apenas o resultado de um longo processo. O vazio presente na consciência da população inviabiliza o gozo de uma educação de qualidade, conquista de árduas lutas. Quando o problema não está na cabeça, está no bolso, simbolizando as lacunas socioeconômicas. Ainda há muito a construir-se no cerne destas discussões.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, A. S. DIAS.; SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, J. M. S. A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. **Revista Profissão Docente** (Online), v. 9, p. 1-19, 2009.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de Outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 44/2004 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nº1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004: Senado, 2004.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n.248, 23 de dez.1996.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional Nº59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, .... Disponível em: <  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm)>. Acesso em 12 de jun de 2014.

CASASSUS, J. **A escola e a desigualdade**. 2. Ed. Brasília: Líber Livro Editora, UNESCO, 2007.

COLEMAN, J. Desempenho nas Escolas Públicas. In: BROOKE, Nigel e SOARES, José Francisco (Orgs.), **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.26-32.

CONSELHO CONSULTIVO CENTRAL PARA EDUCAÇÃO (INGLATERRA). PLOWDEN REPORT. O lar, a escola e a vizinhança. In: BROOKE, Nigel e SOARES, José Francisco (Orgs.), **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.67-73.

DORE, R.; LUSCHER, A. Z.. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. *Cad. Pesqui.* [online]. 2011, vol.41, n.144, pp. 770-789. ISSN 0100-1574.

DWYER, P.; WYN, J. **Youth, education and risk: facing the future**. London: Routledge/Falmer, 2001.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M.. A gênese do Decreto n.5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 2.ed.São Paulo: Cortez, 2010.p.21-56.

HORTA, J. S. B.. **Direito à educação e obrigatoriedade escolar**. Cadernos de Pesquisas. São Paulo. N. 104, p.5-34, jul.1998.

IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em:<[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 16 de jun de 2014.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em:<  
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acesoainternet2011/default.shtm>>. Acesso em 13 de jun de 2014.

INEP. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. Disponível em: < <http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em 23 de abr de 2013.

IFMS. Projeto do Curso de Educação Profissional Técnica de Ensino Médio Técnico Integrado em Agricultura. Ponta Porã: IFMS, 2010.

\_\_\_\_\_. Projeto do Curso de Educação Profissional Técnica de Ensino Médio Técnico Integrado em Informática. Ponta Porã: IFMS, 2010.

JOHANN, C. C.. **Evasão Escolar no Instituto Federal Sulrio-grandense**: um estudo de caso no campus Passo Fundo. RS. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2009.

KUENZER, A. Z.. **Ensino Médio e profissional**: As políticas do estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

MONTEIRO, A. dos R.. O Pão do direito à educação. Revista **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 84, p. 763-789, setembro 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 13 de ago de 2009.

MOURA, D. H. . A relação entre a educação profissional e a educação básica na CONAE 2010: Possibilidades e limites para a construção do novo Plano Nacional de Educação. **Educação e Sociedade**, v.31, 2010, pp.875-894.

MOURA, D. H.. Políticas Públicas para a educação profissional técnica de nível médio nos anos 1990 e 2000: Limites e possibilidades. In: OLIVEIRA, Ramon de (org.). **Jovens, ensino médio e educação profissional**: Políticas Públicas em debate. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

NASCIMENTO, J. E. do. **A política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**: o papel do IFMA no processo de modernização do noroeste maranhense. Disponível em: < file:///C:/Users/Recepcao/Downloads/5079-13692-1-PB.pdf>. Acesso em 01/06/2014.

QUEIROZ, L. D. **Um estudo sobre a evasão escolar**: para se pensar na inclusão escolar. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 64, n. 147, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/>>. Acesso em: 14/02/2012.

RUMBERGER, R. High school dropouts: a review of issues and evidence. **Review of Educational Research**, v.57, n.2, p.101-121, 1987.

\_\_\_\_\_. Why students drop out of school. In: ORFIED, G (Org.) **Dropouts in America**: confronting the graduation rate crisis. Cambridge (MA): Harvard Education, 2004. p.131-155.

SCHARGEL, F. P; SMINK, J. **Estratégias para Auxiliar o Problema de Evasão Escolar**. Rio de Janeiro: Dunya, 2002. 282 p.

SCMIDT, M. de A.. **Os Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia na Expansão da Rede Federal**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo.

SOARES, J. F.; COLLARES, A. C. M.. Recursos familiares e o desempenho cognitivo dos alunos do ensino básico brasileiro. **Dados** (online). 2006, vol.49, n.3,pp.615-650.

SOUSA, T. N. R.. **Evasão e reprovação escolar**: o caso de uma escola pública estadual em São Luís – MA. Dissertação de Mestrado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2013.

TEIXEIRA, A.. Bases para uma programação da educação primária no Brasil. In: **Revista Brasileira de Estudos pedagógicos**, Brasília, v. 80, n. 196, p. 494-507, set./dez. 1999. 14p.